

Liberais querem repensar o monopólio da Terracap

0691 JUN 1990
CORREIO BRASILENSE

JULIO MOSQUÉRA



O futuro governante do DF e os deputados distritais deverão rediscutir as funções exercidas hoje pela Terracap no monopólio do solo urbano e promover reformulações para baratear o terreno brasiliense. A proposta faz parte do programa de governo elaborado pelo Movimento Liberal Progressista (PL-PMDB-PRP-PS) que considera a Companhia Imobiliária de Brasília desvirtuada de seus propósitos básicos e promotora da "origem suspeita da riqueza de alguns empresários da construção civil".

"A Terracap é a pedra na botina da cidade", avalia Luiz Humberto Del'Isola, diretor do PL e coordenador da comissão de programa de governo da coligação. "Ela é fundamental, desde que promova o desenvolvimento da cidade, e dispensável, se continuar fazendo caixa para o GDF". Para o presidente regional do

PRP, Adalberto Monteiro, "é necessário que ela volte a ter caráter social, facilitando o acesso e regulando o mercado. Hoje ela é apenas responsável pela especulação imobiliária".

Segundo o programa de governo, a rediscussão das funções sociais da Terracap será importante para o desenvolvimento de vários outros pontos programáticos, como, por exemplo, o incentivo ao comércio. Este setor, na análise dos ideólogos do programa, "está emperrado por falta de imóveis a preços compatíveis". A geração de empregos, outra meta da coligação, depende também do barateamento das instalações produtivas.

TRANSPORTE

O Movimento Liberal Progressista pretende também, conforme o programa, dar um fim ao "monopólio cartorial de três empresas de transporte urbano" e resgatar a TCB, "sucateada de forma mais ou menos proposital", segundo entendimento de Luiz Humberto. Além de propor alternativas de empregos nas satéli-

tes, o que diminuiria a demanda de transportes no sentido satélites-Plano Piloto, o programa prevê a implantação de um transporte de massa por via férrea, a custos racionais, reavaliando um projeto semelhante elaborado na gestão do candidato ao governo, Elmo Serejo.

Outra proposta nesta área é o fim do sistema de caixa-único, sempre deficitário, que "premia não a capacidade operacional da empresa, mas a capacidade de pressionar o GDF para aumentar os lucros", afirma Luiz Humberto Del'Isola. A coligação pretende admitir novas empresas concessionárias, abrir licitações e estimular a concorrência para uma mesma linha.

Na área de saúde, o programa prevê a descentralização do atendimento primário e secundário, de modo a formar uma triagem natural nos postos e ambulatórios, com a transformação dos hospitais regionais em terciários (hoje apenas o Hospital de Base é terciário. Ele passaria a ser quaternário). O programa de governo prevê também o incremento da medicina preventiva.